

## **Racismo no Brasil: um 'beco' sem saída?**

Geraldo Balduino Horn e  
Arilda Arboleya

Caro/a leitor/a, a edição do O Sísifo de agosto/2020 trata de um dos temas mais sensíveis e nevrálgicos da nossa história: o racismo no Brasil. As matérias de Arilda Arboreya e Hilton Costa apresentam sob o ponto de vista sociológico e histórico alguns dos principais aspectos relacionados a esse problema estrutural ainda muito presente no cotidiano de nossas vidas e longe de ser suplantado.

A condição da pessoa negra no Brasil é, por todos os ângulos que se observe, desprivilegiada. Conforme aponta o estudo técnico *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (IBGE, 2019), este é o grupo racial que compõe majoritariamente os extratos socioeconômicos de mais baixa renda; que ocupa os postos de trabalho de menor status; que compõem a maioria entre os subempregados, desempregados, desocupados e desalentados; que reside nas zonas de menor alcance das benesses do progresso; que desfruta das piores condições de moradias; que é alvo preponderante da violência urbana; que povoa majoritariamente os presídios e cadeias nacionais; e que, por certo, concentra os piores indicadores educacionais.

Nessa configuração, a questão racial é elemento estruturador da desigualdade social brasileira, firmada numa amarração entre o estrutural e o simbólico, de modo que, simbolicamente construídas como inferiores, vidas negras são queimadas como combustível na manutenção da estrutura de ganhos do sistema macroestrutural.

Poder-se-ia argumentar que essa é uma lógica pretérita, válida nos tempos da escravidão, mas inativa na contemporaneidade. Infelizmente, porém, os indicadores sociais acusam que a força do arranjo simbólico que estabeleceu historicamente a cor negra como sinônimo de inferioridade, de uma existência sem direitos, permanece movendo o moinho do sistema.

As vísceras desse processo se fazem ainda mais escarnadas se tomarmos em consideração o contexto da pandemia de Covid-19 que agora vivenciamos. No momento em que o Brasil se aproxima da marca ignóbil de 100 mil mortes causadas por Covid-19, ao invés da revolta, da reação crítica, do questionamento, do desconforto, o que se percebe no país é, na verdade, a naturalização das mortes, um acômodo, uma desimportância. Esse quadro impõe indagar: a morte não nos incomoda mais?

A famosa expressão “máquina de moer gente”, que Darcy Ribeiro empregou anos atrás ao caracterizar o país, nunca foi tão explícita, tão desnudada. Os índices de mortes desnecessárias sempre foram elevadíssimos no país, mas

eram tratados com mais pudor, ao contrário da realidade atual onde parece reverberar uma voz que diz “pouco importa” ou “e daí?” ou “não sou cozeiro”... Mas, por trás dessa voz que ressoa portadora de um pensamento genocida, há uma singularidade a se considerar: são as mortes genericamente que não incomodam, ou são os mortos especificamente?

Evidências? Conforme estudo realizado pela Rede Nossa São Paulo, com base em dados do DATASUS, as regiões mais ricas da capital paulista concentram 60% dos leitos de UTI, mas comportam apenas 9,3% da população da cidade. Por seu turno, os bairros mais pobres, onde a população negra é majoritária, ao contrário, encontram-se desprovidos de leitos de UTI. Esse cenário paulista se repete pelo Brasil e, resultado disso, no período de um mês (entre abril e maio últimos), os dados do Ministério da Saúde denotaram um aumento acentuado nas mortes por Covid-19 entre a população negra: saltou de 32,8% para 54,8% no período.

Da mesma forma, os dados da PNAD Covid realizada pelo IBGE em maio, para testar os efeitos da pandemia na saúde e no mercado de trabalho brasileiro, evidenciam o fato de que, novamente, o desemprego gerado pela pandemia teve como alvo prioritário a população negra, atingindo a marca de 12% nesse grupo racial. Ao mesmo passo, apenas 9% da população negra pode trabalhar em casa, marca que atingiu 17,6% entre brancos, o que denota o fato de que a população negra ocupa postos de trabalho desprivilegiadas, de que está mais suscetível ao desemprego e de que é menos poupada em situações de crise, sendo forçada a expor-se mais, a despeito de usufruir de piores condições de prevenção e tratamento.

Resulta daí que, segundo levantamento produzido pela Lagom Data com base nos dados do DATASUS, publicado em 03 de julho recente, a partir da análise de dados de 54.488 vítimas de Covid-19 no Brasil, o perfil padrão das mortes é de homens pobres negros, com baixa escolarização, residente em zona periférica, na faixa etária dos 60 anos e com alguma comorbidade. Conforme o estudo, condicionados nesse arranjo socioeconômico e sociodemográfico, pela média nacional, 60,7% das mortes foram registradas eram de pessoas negras (pardos e pretos).

Por trás desses números opera, assim, um pensamento social que naturaliza e normaliza a exploração da vida negra como ausente de direitos de dignidade, como desprovida da necessidade de proteção. Contra esse estado de coisas, como critério democrático básico, compete fazer gritar e fazer ouvir.

## Existe racismo no Brasil?

Por Arilda Arboleya

A recente eclosão de manifestações antirracistas nos Estados Unidos da América fez proliferar movimentos antifascistas pelo mundo, que assumiram a bandeira “*black lives matter*” como carro-chefe. Essa pauta repercutiu também fortemente no Brasil, tendo vários grupos se mobilizado para manifestar rejeição ao racismo. Entretanto, não tardaram também a surgir vozes questionando a legitimidade dessa pauta aqui: “no Brasil não existe racismo”; “todas as vidas importam”; “falar em racismo estimula o preconceito”; “coisa de quem não se esforça pra vencer na vida”.

Reverberadas de diversos modos, essas ideias – que por vezes contam com otimismo irrefletido ou com a ingenuidade de muitos que as repetem – transportam talvez a face mais nociva do racismo: a sua negação, uma vez que não se combate um mal que não é reconhecido como mal.

O racismo está presente no cotidiano social brasileiro e é profundamente agressivo. Não? Imagine então um país cuja população é majoritariamente negra, mas precisou criar cotas para garantir o acesso de pessoas negras às universidades. Imagine um país em que pessoas negras, mesmo quando portadoras de formação e habilidades profissionais equivalentes, ocupando cargos equivalentes, percebem renda em média 30% menor que pessoas não negras. Imagine um país cuja população majoritariamente negra ocupa percentual ínfimo dos cargos de prestígio profissional. Ora, se as chances fossem as mesmas, as leis da probabilidade gerariam dados proporcionais ao volume populacional absoluto.

Ao serem confrontados com esses fatos, muitos optam por questionar sua veracidade, já que é mais fácil seguir negando a realidade. Outros reconhecem a desigualdade que atinge pessoas negras, mas a explicam como decorrência da desigualdade social ampla: não se trataria de fatores raciais (simbólicos), mas de barreiras materiais, impostas pela condição de pobreza originária. Logo, não haveria racismo.

Sim, não há como negar que, herdeiras do vergonhoso processo de escravização e da indecorosa forma de sua abolição, pessoas negras formam a maioria pobre deste país. Este quadro deriva, pois, do processo histórico pelo qual, ao final do século XIX, de repente a escravidão virou algo feio que precisava ser apagado da história nacional. Fez-se isso lançando os escravizados à liberdade de competição no mercado de trabalho sem qualquer reparo ou fluxo preparação para a vida urbana, ao mesmo passo em que se importava mão de obra europeia (educada, especializada e, branca!). Esse movimento, assumido politicamente à época como forma de desenvolver o país e embranquecer a população nacional, já demarcava o lugar naturalmente

indicado para as pessoas negras na sociedade brasileira: a marginalidade, o subemprego, o trabalho precário, a pobreza, a invisibilidade.

Quando confrontados com o processo histórico, novamente alguns acabam optando pela negação dos fatos: “não foi bem assim”; “havia bons padrões”; “havia oportunidades”; ou, ainda na mesma linha negacionista, “eles eram rebeldes, criminosos e violentos”; “eram bêbados, viciados, preguiçosos”; “não se esforçaram para progredir”. Já outros reconhecem os equívocos políticos passados, mas novamente buscam um recurso mais sofisticado de explicação, acionando o processo de desenvolvimento histórico: “Isso foi há mais de 100 anos, já não serve mais de desculpa... o país mudou muito desde lá”.

É exatamente esse argumento que nos permite retomar o peso estruturante do racismo sobre a desigualdade no Brasil: Sim! Se fosse só uma questão de pobreza material, as pessoas negras talvez já há muito tempo seriam a maioria nas boas universidades, nos bons postos de trabalho, nos estratos sociais de maior renda, pois teriam investido inteligência, criatividade e tenacidade para superar as barreiras. Mas não é só a questão econômica que pesa. Ao contrário, operam de modo determinante sobre a construção e a manutenção da pobreza negra fatores simbólicos pelos quais, em verdade, a desigualdade social é que decorre da desigualdade propriamente racial, e não o oposto. Como?

Vejam: se a origem da pobreza negra no país foi o processo histórico de escravidão e a administração política dele, compete indagar a origem desse processo. Afinal, o que permitiu que a escravidão acontecesse e que a abolição se desse de modo tão despreocupado com o destino dos libertos?

Isto se deu no passado e se repete no presente porque, em verdade, são as representações sociais, o campo do simbólico, os sentidos assumidos que fornecem permissão para a desigualdade material. Essas representações simbólicas delimitam aquilo que entendemos como aceitável ou não, de modo que – como dizia Jean-Jacques Rousseau em seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* (1754) – a desigualdade é, antes de tudo, um “fenômeno moral”, pois é produzida por “uma espécie de convenção social”.

De outro modo, o motor da desigualdade é aquilo que, enquanto sociedade, consentimos, autorizamos, permitimos que aconteça ou não nos importamos que aconteça. Entre nós, essa permissão se constrói, se nutre e se perpetua na representação social fluente da negritude como marca de inferioridade e desimportância do outro – ou seja, racismo.

## ***Ainda o racismo, ainda (...)***

*Por Arilda Arboleza*

Que nos importa se parcela majoritária da população brasileira não goza de direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos? Que nos importa se parcela majoritária da população tenha recorrentemente seus direitos de dignidade humana desrespeitados? Que nos importa se parcela majoritária da população tenha um acesso tão precário à educação, à saúde, à moradia? Que nos importa se pessoas vivem em periferias sem saneamento básico? Que nos importa se pessoas são mortas sumariamente em ações policiais? Que nos importa se não há punição aos responsáveis por essas mortes? Esses fatos são um problema?

Até o presente, a resposta para essas questões tem sido “pouco importa”, “pouco incomoda”. Por quê? Porque são vidas negras, a “carne mais barata do mercado...”

De outro modo, a representação simbólica acerca da pessoa negra no Brasil organizou uma triste percepção sobre vidas negras como sub-humanas, secundárias, desimportantes, inferiores. O arranjo dessa representação tem sua origem no período colonial, uma vez que pessoas negras foram introduzidas no país enquanto mercadoria traficada, eram coisas e coisas não têm direitos. No fluxo do processo de transição política do Império para a República, pessoas negras passaram a ser vistas como sujeira e símbolo de barbárie e atraso, pelo que precisavam ser ocultadas, conforme rezava o acerto ideológico da eugeniação social e do embranquecimento da raça. No novo marco histórico do desenvolvimento nacional, a partir dos anos 1930 emergiu o ideário do Brasil como um espaço aberto de integração harmônica entre as raças – a famosa teoria da democracia racial. Por ela elaborou-se um discurso positivo sobre a miscigenação e sobre a convivência interétnica no país que, em verdade, ocultava a assimetria na condição de vida e no acesso à direitos entre pessoas negras e não negras, ocultava a realidade social de inferiorização negra naturalizando o racismo – essa forma de ver a pessoa negra como inferior, desimportante, desprovida de direitos. Trata-se de um discurso vitorioso, ativo até hoje, de docilidade das relações étnico-raciais que dissimula a violência cotidiana imposta a um dos estratos sócio raciais dessa relação.

A cor escura da pele e os traços físicos que a acompanham fora simbolizada, ao longo dos anos, como marca do ruim, do feio, do mal, do bárbaro e, principalmente, do inferior. Embora tenhamos evoluído, essa representação simbólica acerca da pessoa negra, naturalizada ao longo da história, se reproduz no cotidiano de nossas relações e segue vigente, se readequando por diversos mecanismos explícitos ou latentes. É a mãe que diz às crianças “se comportem, senão o negão vem te pegar”. É você atravessar a rua quando vem ao seu encontro um negro.

É o segurança que segue a pessoa negra no shopping. É o policial que atira primeiro e pergunta depois, quando o alvo é pessoa negra. É a cabeleireira que sempre pressupõe que a mulher negra quer alisar seus cabelos para ficar “mais bonita”. É a pressuposição recorrente de que a pessoa negra trabalha, necessariamente, na cozinha ou na limpeza...

Nessas práticas cotidianas, sutis ou agressivas, orientadas por aquela representação simbólica estabelecida acerca da pessoa negra, percebe-se a engenharia do racismo, recorrentemente negado e ardilmente praticado. Exatamente por se tratar do campo do simbólico, dificilmente quantificável ou palpável, muitos seguirão repetindo que não existe racismo no Brasil. Resta-nos, sobre isso, lembrar que as formas de pensar é que organizam a realidade social. Nesse sentido, o racismo não está só em atos diretos ou verbalmente anunciados que por vezes explodem e causam polêmicas pontuais na mídia, ele está também e principalmente em atos indiretos orientados pela representação simbólica que se tem do negro enquanto ser desimportante, inferior. A ausência de políticas públicas para garantia de direitos fundamentais e de respeito à dignidade da pessoa humana, a ausência de investimento em educação e saúde pública de qualidade em regiões de concentração negra, a ausência de saneamento básico e tantos outros pontos que se poderia lembrar aqui, são condutas racistas pois são guiadas pelo entendimento de desimportância atribuído ao grupo a ser beneficiado. Afinal, para que tais garantias e investimento? São apenas vidas negras... “naturalmente destinadas ao fracasso...”

Não há novidade alguma nesses parágrafos, mas, por dever e compromisso com a democracia, compete denunciar, compete reagir, compete manifestar que não participamos desse consenso injusto. Compete organizar ações de contestação. É urgente a mobilização coletiva para manifestar rejeição e discordância com essa representação social naturalizada entre nós, que escalona a importância dos sujeitos pela cor da sua pele.

O racismo é, pois, entre nós um dos principais empecilhos à consolidação de uma democracia real, pois ele é instrumento capital de sustentação das práticas estamentais que concebem sujeitos de privilégios, não sujeitos de direitos – o que é de todo contrário à democracia.

## O beco

Por Hilton Costa

1988: o Brasil promulga sua nova Constituição, marco do retorno à Democracia; a banda *Os Paralamas do Sucesso* lança o álbum *Bora Bora*, sexto da sua discografia. Neste álbum se faz presente a canção *O beco*, que diz (Bi Ribeiro e Herbert Vianna):

No beco escuro explode a violência  
 Eu tava preparado  
 Descobri mil maneiras de dizer o seu nome  
 Com amor, ódio, urgência  
 Ou como se não fosse nada  
 No beco escuro explode a violência  
 Eu tava acordado  
 Ruínas de igrejas, seitas sem nome  
 Paixão, insônia, doença  
 Liberdade vigiada

As letras de canções denominadas pop, evidentemente, não possuem uma única interpretação, muito menos uma interpretação “certa”. Ao se colocar a letra no contexto dos anos 1980 pode-se ver um país saindo do regime ditatorial, portanto é viável associar a liberdade vigiada à censura dos anos anteriores; as diferentes formas de dizer seu nome podem ser vinculadas também aos anos em que não se podia falar diretamente sobre determinados assuntos. A violência era sempre que possível alocada em um beco escuro, todos os tipos de violência.

Trinta e dois anos depois do lançamento da canção *O beco*, a violência continua com um lugar para acontecer, um beco escuro; contudo, esse beco escuro pode ser uma favela, um bairro da periferia ou um quarto de alguma mansão. Hoje, a ocultação de determinadas situações se mostra mais difícil, seja porque a tecnologia atual permite rápida e ampla divulgação, seja porque as pessoas talvez não aceitem mais determinadas coisas. Circunstâncias que hoje chamam a atenção e ganham destaque nas redes sociais, já se faziam presentes em 1988 e mesmo antes. O racismo é uma delas.

A situação racial na contemporaneidade é diferente daquela do século XIX ou do século XX. Ser diferente não significa exatamente ser algo novo. O que talvez seja “novo” para o contexto brasileiro é que no século XXI as pessoas que sempre sofreram com o racismo estão conseguindo se manifestar com maior visibilidade em comparação a 1988 ou a períodos anteriores. Outro elemento passível de ser considerado “novo” é que a figura do “racista” passou a “existir” no Brasil. O racismo à brasileira, por muito tempo, dispensava a figura do ou da racista. As estruturas sociais brasileiras operavam (e ainda operam) criando uma segregação social que é simultaneamente racial, alocando as pessoas pretas majoritariamente nos estratos inferiores da sociedade. Assim, criaram-se grupos relativamente homogêneos: na parte de cima

as pessoas brancas e na parte de baixo as pessoas pretas. Esta construção societária é racista, mas não é de fácil percepção para os agentes envolvidos; o privilégio de ser branco, de morar em determinados bairros, pode passar despercebido por quem dele usufrui.

Recentemente teve grande repercussão o caso do empresário que ofendeu policiais militares em São Paulo. No interior das ofensas proferidas está uma leitura pertinente do Brasil: na periferia, composta em sua maioria de pessoas pretas e pardas, a polícia pode fazer o quiser, mas no bairro dele e com ele não seria assim. Esta forma de pensar não é nova, contudo, agora ela foi filmada e divulgada<sup>1</sup>. Esta é a estrutura racista contemporânea que vem de longa data.

E que foi sendo acomodada, ajeitada aqui e ali, “liberando” a ascensão de algumas pessoas pretas, pois uma das formas mais efetivas de dizer que o racismo não existe é permitindo uma ascensão controlada. Esta ascensão controlada faz crer às pessoas brancas que não existe racismo – “basta se esforçar bastante que você consegue” – e desenvolve nas pessoas pretas, entre outras crenças: “eu consegui, vou ficar quieto no meu canto e aproveitar os frutos do meu esforço”. As pessoas pretas e brancas que percebem tais mecanismos são, em geral, tomadas por gente que exagera; que vê coisas que não existem.

Respirar é preciso, as pessoas precisam respirar, as pessoas pretas precisam respirar, foi preciso um vídeo agonizante de cerca de nove minutos de um assassinato para as pessoas em várias partes do mundo perceberem ser insuficiente dizer que, cientificamente falando, não existem raças, todas as pessoas são seres humanos, mas sim discutir que a raça é um operador social ativo de distribuição de privilégios, um legado social, fruto de um sistema de crenças e, a partir daí, se tomar atitudes antirracistas de fato.

Em 1988 *Os Paralamas do Sucesso* disseram em *O beco*:

Mas nada perturba o meu sono pesado  
 Nada levanta aquele corpo jogado  
 Nada atrapalha aquele bar ali na esquina  
 Aquela fila de cinema  
 Nada mais me deixa chocado  
 Nada!

Dois pedidos por ar, duas manifestações pelo direito a respirar podem, quem sabe, contrariar a leitura de *Os Paralamas do Sucesso*: as pessoas ainda conseguem se levantar, ainda conseguem acordar de seu sono pesado, elas ainda conseguem abrir mão do cinema e do bar para ficarem chocadas e tentarem mudar as coisas.

Participe do Jornal  
 ENVIE SEU ARTIGO PARA  
[jornalsisifo@gmail.com](mailto:jornalsisifo@gmail.com)

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado

<sup>1</sup>(<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/08/mp-denuncia-por-desacato-empresario-de-sp-que-xingou-pm-de-lixo-e-bosta.htm?cmpid=copiaecola>)